

AMEAÇA SOBRE OS WAIÁPI

SÉRGIO PALMQUIST
Especial para a Folha do Amapá

A AMEAÇA SOBRE AS TERRAS INDÍGENAS

Nos últimos meses, os índios Waiápi - que vivem na única área indígena ainda não demarcada do Amapá - viram-se envolvidos por uma série de acontecimentos que conturbaram todo seu ritmo de vida. No meio de denúncias e intrigas os Waiápi sofriam, mais uma vez, o interesse, nunca confessado, pela redução de seu território. Não por coincidência, esses fatos se dão pouco tempo antes do prazo determinado pela Constituição para demarcação definitiva de todas as áreas indígenas do País. Pior ainda, pouco tempo antes do prazo previsto pelo Congresso Nacional para a revisão do texto constitucional, nesse caso, a ameaça é maior: mesmo demarcada, as terras indígenas seriam abertas para a exploração mineral e florestal.

Para justificar a abertura das áreas indígenas é importante disseminar o mito de que só essas áreas são ricas em minérios de alto valor comercial, sem os quais o Brasil estaria desperdiçando seus recursos mais preciosos. Melhor ainda é atrair os garimpeiros desocupados para justificar a ocupação sob o manto da justiça social. Foi o que aconteceu no Amapá, tendo como objeto as terras Waiápi. Disseminou-se o boato de que o governo estaria liberando a área para garimpagem, atraindo garimpeiros de outros estados e despertando a esperança dos garimpeiros sem trabalho no Amapá. Como em Roraima, seria praticamente impossível controlar uma massa de desempregados que acabaria por entrar por conta própria nos garimpos de Amapari e depois seriam mantidos na área pelo empenho das autoridades do Estado, sempre preocupados com o "bem-estar social". Depois de esgotado o ouro aluvional explorado pelos garimpeiros, seria a vez das mineradoras e os índios mais uma vez esbaldados, nesse ciclo cruel que está para completar quinhentos anos.

A proposta de abertura das áreas indígenas para garimpagem e mineração é endossada pelas principais lideranças políticas, técnicos do setor mineral e, lógico, pelos garimpeiros, cada vez mais acucados na Amazônia. Além do mito de inesgotáveis riquezas minerais, a incoerente teoria de que as terras indígenas são imensas extensões para uma escassa população é outra constante nas teorias "desenvolvimentistas". Por sinal utilizada pelos mesmos que louvam o grande latifúndio.

Ouro mito do imaginário conservador é o da internacionalização da Amazônia. Como se as grandes potências tivessem interesse em administrar esse espaço sempre conturbado, quando, na prática, aqui eles sempre tiveram seu almoxarifado. Foi assim com os portugueses e as drogas do sertão, foi assim com o capital europeu e a borracha, é assim com os grandes projetos. Pra que administrar um abacaxi? Na verdade o que existe é o interesse na acumulação de lucros, e mais nada.

Quando até inimigos milenares, como judeus e árabes, ensaiam no final do milênio uma convivência pacífica, por que os brasileiros não tentam acabar com uma injustiça de quinhentos anos, permitindo que aqueles que aqui chegaram antes de nós possam viver em paz?

OS FATOS

No final de agosto, o administrador da Funai no Amapá, Antônio Pereira Neto, denunciou uma tentativa de invasão da área Waiápi por garimpeiros. Sem identificar os possíveis responsáveis pela invasão, Antônio Pereira Neto notificou o Governo do Estado, a Procuradoria-Geral da República, a Polícia

Federal e a Assembléia Legislativa e convocou a imprensa para informar dos preparativos para a invasão do garimpo chamado "Esquadrão da Morte", no coração das terras Waiápi, por cerca de dois mil homens. Além disso, forneceu munição aos índios para evitar que esses se vissem diante de uma situação irreversível, com o risco de se repetir no Amapá um novo conflito como entre os Yanomamis.

A denúncia do administrador da Funai foi investigada pelos membros da CPI da Ecologia da Assembléia Legislativa do Estado. No Posto Indígena Anamirá, os membros da CPI receberam dos caciques Waiápi presentes a garantia de que não havia nenhum garimpeiro em suas terras. Então a imprensa ligada ao governador Annibal Barcellos aproveitou para atacar Antônio Pereira Neto, alegando que ele havia lançado um alarme falso, com intenção de prejudicar o governador e seu grupo. Não contentes, os jornais chegaram a estampar com alarde a demissão do administrador, que nunca passou pela cabeça da presidência da Funai. Depois de uma grande costura política, Antônio Pereira Neto conseguiu o apoio de três senadores do Amapá e tudo voltou ao normal. A invasão acabou sendo caracterizada como a Batalha de Itararé, aquela que nunca aconteceu.

Mas a denúncia não foi irresponsável. Se a CPI não encontrou nenhum garimpeiro na área, foi porque o ingresso no Esquadrão da Morte estava programado para mais tarde. Na verdade, a denúncia serviu para abortar, pelo menos por enquanto, mais uma tentati-



Cacique Kumai com o filho

va de invasão nas terras dos Waiápi.

Durante a visita ao Posto Indígena Anamirá, o deputado Maurício Júnior, presidente da CPI, chegou a ser abordado por pessoas na Serra do Navio e na Pedra Branca sobre a data de liberação do Esquadrão da Morte para os garimpeiros. Colonos da Perimetral Norte, vizinhos do PIN Amapari, confirmaram os boatos que circulavam na região. O próprio administrador da Funai revelou que recebeu a primeira informação sobre a invasão por telefone, uma denúncia anônima feita no final de julho, à qual não deu maior atenção. Depois disso, começou a receber na Funai pessoas que queriam se cadastrar para poder garimpar na área. Foi então que entrou em contato com o geólogo Antônio Feijão, que confirmou a intenção de invasão,

Políticos, mineradores e garimpeiros querem as terras dos índios

amplamente discutida numa reunião da Cooperativa Extrativista Mineral do Estado do Amapá-Cooemap, em Santana. Só então Antônio Pereira Neto oficializou a denúncia.

O testemunho mais importante para caracterizar a real intenção de invasão veio do assessor do deputado Sebastião Rocha, Raimundo Silva de Araujo. Ele afirma que foi convidado, no mês de junho, para se cadastrar junto à Cooemap, para poder trabalhar em alguns garimpos do Amapá. O primeiro garimpo citado, garante Raimundo, foi o Esquadrão da Morte. O local indicado para cadastramento era a residência do diretor-administrativo da Cooemap, Gilberto Nunes de Almeida Coimbra, no bairro do Paraíso, em Santana. Segundo Raimundo, um vizinho seu teria se cadastrado e aguardava a convocação para ingressar no garimpo Esquadrão da Morte. Cada inscrito, ainda segundo Raimundo, receberia 20 mil cruzeiros reais fornecidos pelo deputado Sérgio Barcellos, para garantir a sobrevivência até a abertura do garimpo.

O presidente da Cooperativa Extrativista Mineral do Estado do Amapá, José Carlos Fernandes, o Catarino, nega todas as denúncias e garante que tudo não passa de uma manobra do geólogo Antônio Feijão, que teria sido preterido por ele, Catarino, na presidência da Cooperativa. Essa verdade é encapada pelo geólogo Antônio Armindo Pinto, assessor especial do governador. Na versão de José Armindo Pinto, Feijão não só teria lançado os boatos como teria enviado pessoas à Funai para dar maior veracidade à sua tentativa de envolver a Cooperativa na denúncia.

Iniciativa da Cooemap ou manobra diabólica de Feijão, a verdade é que a notícia da liberação da área indígena circulou amplamente pelo Amapá e até por outros estados. Tanto é que muitos dos garimpeiros associados à Cooemap declararam estar no Amapá há apenas dois meses. Se não houvesse a denúncia, não seria difícil acontecer no Amapá o mesmo que em Roraima, onde os interesses e incentivos de governadores, políticos, empresários e parte da sociedade local atraíram milhares de garimpeiros. Daí a invasão da área Waiápi seria um passo, principalmente com a disseminação do mito das riquezas incalculáveis da área. Nem é bom pensar no destino dos Waiápi.

GARIMPEIROS X ÍNDIOS: ESSE FILME É VELHO

José Carlos Fernandes, o Catarino, afirma que a proibição da entrada de garimpeiros nas áreas Waiápi não passa de um capricho da Funai, sugerindo ainda interesse de funcionários do órgão na exploração da inesgotável quantidade de ouro aluvional que ele garante existir nos rios da reserva. Catarino, que esteve na área em 1991, assegura que os índios desejam a presença dos garimpeiros, ansiosos por gozar de uma vida semelhante à dos Caiapó do Pará, "que têm casas de alvenaria, carros e até avião". Ele diz que, durante o ano que conviveu com os índios, ensinou-os a garimpar e aprezou sua amizade com os principais lideranças Waiápi, citando nominalmente os caciques Kumai, Wai-Wai, Tsako e Matapi como seus amigos.

Não é essa a opinião dos Waiápi. Eles se revoltaram com as declarações de Catarino, dizendo que a convivência com os garimpeiros sempre foi desastrosa para a comunidade. Nos primeiros contatos os garimpeiros trouxeram as doenças - todos lembram com



Os Waiápis estão preocupados com a ameaça sobre as suas terras

tristeza do sarampo, que quase dizimou todo o grupo. "Quase não sobrou Waiápi, morria velho, criança, homem, mulher", é uma frase citada imediatamente por todos os índios.

O cacique Kumai, que segundo Catarino chegou a se hospedar em sua casa em Macapá, é o mais revoltado: "Amigo como, pergunta ele, se fui eu quem expulsou Catarino de nossas terras?". Wai-Wai surpreendeu-se com as declarações: "Eu nem conheço Catarino, como vou ser seu amigo?". e todos são claros num ponto: não admitem garimpeiros em suas terras, não querem passar o que passam os Yanomamis, não querem as casas, os carros, os aviões dos Caiapó, conseguido com a destruição, a doença e um futuro ameaçado pelas consequências do mercúrio em seus rios.

AS FOCAS

A denúncia do administrador da Funai no Amapá de uma tentativa de invasão da Reserva Waiápi, se por um lado abortou a invasão, por outro desencadeou uma série de manobras para desmoralizar o administrador Antônio Pereira Neto a qualquer custo. Não só o administrador foi atingido, mas também e principalmente a antropóloga Dominique Gallois, doutora pela Universidade de São Paulo, que trabalha com os Waiápi desde 1976 e que desenvolveu com eles uma série de atividades que permitiram que os índios sobrevivam sem dependência dos brancos e sem abrir mão de seus valores culturais.

A primeira tentativa surgiu através de Socorro Pelaes, prefeita de Amapari, município onde se encontra a maior parte da área Waiápi. Socorro Pelaes afirmou ter sido procurada na prefeitura por índios da aldeia Anamirá e que eles teriam denunciado o administrador da Funai e acobertar a exploração dos índios como mão de obra escrava na garimpagem de ouro. Em troca de ouro e diamantes, Dominique Gallois pagaria os índios com "rádios de pilha, tecidos e outras bugingangas".

Segundo a prefeita, os índios que fizeram a denúncia disseram que a área explorada era

maior "que muitos roçados juntos". A doutora Gallois teria comprado, "com capital estrangeiro", dois motores com bomba para a garimpagem e outros equipamentos para a extração do ouro e diamante, e teria o apoio técnico do geólogo Luiz Vessiani. Na imaginação fértil de quem orientou as denúncias da prefeita, Luiz Vessiani estaria mapeando a incomensurável riqueza da área Waiápi em ouro e diamante. Hollywood não teria criado melhor enredo.

UM GARIMPO DOS ÍNDIOS PARA OS ÍNDIOS

O que há de verdadeiro em toda essa história? É muito simples: que os Waiápi trabalham no garimpo todo o Amapá está cansado de saber. Foi uma atividade que eles aprenderam com os próprios garimpeiros, antes ainda de serem contactados pela Funai. E aprenderam da maneira predatória como sempre se garimpo no Brasil, abrindo crateras, poluindo os rios, usando mercúrio.

Além disso, por influência da própria Funai, abandonou o arco e as flechas pela espingarda, deixaram de lado a confecção de suas roupas em favor do pano industrializado e deixou seu artesanato tradicional em troca das miçangas. Essa foi a realidade que Dominique Gallois encontrou entre os Waiápi, uma realidade que os fazia cada vez mais dependentes da Funai e da cultura branca.

Foi então que, com o apoio da Funai e da Sema, e com dinheiro da Comunidade Europeia, repassado através do Centro de Trabalho Indígena-CTI, a antropóloga desenvolveu um projeto com vários objetivos, um dos quais o de garimpagem manual pelos próprios índios, sem degradação ambiental e o uso de mercúrio. Para isso conta com a orientação técnica do geólogo Luiz Vessiani, do CTI, que não está "mapeando o Eldorado", mas sim ensinando os índios a extrair ouro mantendo a integridade de suas terras e a pureza de suas águas.

Os índios Waiápi ficaram indignados com as denúncias da prefeita Socorro Pelaes, negam que algum índio tenha dito algo sobre a extração do ouro e querem que ela aponte



Dominique: trabalho científico e apoio dos índios

quem fez as denúncias para ela. Mas a prefeita, depois de acusar e dias depois confirmar as acusações, evitou a imprensa, chegando a fugir dos jornalistas. Tampouco atendeu a convocação da CPI da ecologia, quando teria que confirmar suas declarações, diante dos principais caciques. A atitude da prefeita mereceu uma observação definitiva do cacique Wai-Wai, à saída da CPI: "entre nós, quando alguém mente, se esconde. A prefeita é mentirosa, por isso não veio repetir na nossa frente as mentiras que disse para os jornais".

Definitivo também foi o apelo do cacique Tsako, falando na CPI: "Chega de fofoca de branco!". As intrigas em torno dos Waiápi deixaram os stressados, além de atrapalhar seus trabalhos de roça, numa fase importante de seu calendário.

O que a prefeita não procurou saber foi como se dá realmente a extração do ouro pelos índios. Não se trata de uma atividade rotineira, mas de trabalho esporádico, feito no intervalo de seus trabalhos mais importantes, de lavoura, de caça e pesca. Além disso, os Waiápi só garimpam para comprar os produtos aos quais já foram acostumados pelos brancos e que não podem produzir ou extrair em suas terras. Com o dinheiro do ouro eles compram exclusivamente munição para as caçadas, pano para suas vestimentas, e miçangas para o artesanato.

Os índios também derrubam o mito do Eldorado nas suas terras. "Aqui tem pouco ouro, garantem, o diamante nós nem conhecemos". É verdade: garimpando durante um ou dois meses, o máximo que conseguem são 20 gramas de ouro, uma quantia ínfima para os padrões brancos, mas suficientes para as necessidades deles. Isso é confirmado pelo gerente do Banco Goldmine, Genésio Ferreira que compra o ouro extraído pelos Waiápi: "Eles trazem dez, quinze, no máximo vinte gramas, de vez em quando. É um ouro puro, que não precisa queimar. São eles mesmo que vendem".

A acusação da prefeita de que Dominique Gallois retira grandes quantidades de ouro para vender no exterior também é desmentida pelos índios: "É o índio mesmo quem leva o ouro até Macapá, visita vários comprado-

res para ver quem paga melhor, e o dinheiro não passa pelas mãos de ninguém", diz o cacique Wai-Wai, depois de vender 17 gramas de ouro e deixar o banco Goldmine para comprar imediatamente munição e pano. Além de documentada pela imprensa, a venda do ouro e a compra foi acompanhada por um funcionário da Funai.

MERENDA ESCOLAR - CARNE ENLATADA PARA OS ÍNDIOS

A prefeita Socorro Pelaes também denunciou que Dominique Gallois impediu os Waiápis de receber a merenda escolar distribuída pela Secretaria de Educação do Amapá. Na verdade a merenda escolar para os índios foi suspensa por determinação da Funai, depois de um relatório da antropóloga, no qual ela condenava a tentativa de modificar os hábitos alimentares dos índios. A Secretaria de Educação distribuía arroz, feijão, carne enlatada e almôndegas de soja, alimentos que não fazem parte da dieta alimentar dos Waiápi, que, por sinal, possuem uma alimentação rica e variada, chegando a um nível de sofisticação pela diversidade de produtos que plantam em suas roças, alguns desconhecidos da sociedade branca.

A posição dos índios em relação à merenda escolar foi expressa pelo cacique Kunai na CPI da Ecologia: "Nós não queremos merenda escolar nas nossas casas. Não precisamos disso. Temos na roça, na mata e nos rios tudo o que precisamos". A distribuição da merenda escolar foi denunciada na Assembléia Legislativa pela deputada Janete Caiberibe, que acusa o Núcleo de Educação Indígena da Secretaria de Educação de procurar com isso tornar os índios mais dependentes: "Os Waiápi têm uma dieta mais saudável que a nossa. Além disso, quem está reclamando do fim da merenda escolar na reserva são os funcionários da Funai na área, que economizavam seu salário usando os produtos da merenda. É por isso que o chefe do posto e os outros funcionários do Posto Indígena Anamirá estão agora pedindo a cabeça da antropóloga Dominique Gallois", afirma a deputada.

Por ter denunciado a merenda escolar na Assembléia, a deputada Janete Capiberibe também foi atingida pela imprensa ligada ao governador, que estampou em manchete com letras garrafais que Janete Capiberibe e Dominique Gallois eram sócias na grilagem da reserva e na exploração do garimpo. A deputada está processando o jornal que estampou a falsa notícia, mas vê com preocupação outras consequências dessa campanha de difamação: "infelizmente isso prejudica os índios Waiápi, que são as maiores vítimas dessa história suja".

A história ainda não terminou. Os adversários dos índios encontram sempre mais munição na tentativa de impedir a demarcação e principalmente de conseguir, na revisão da Constituição, a brecha para abrir as áreas indígenas para a mineração. Não é à toa que havia pedidos de pesquisa mineral dentro da área indígena por diversos grupos. Nem é à toa que políticos como deputado Sérgio Barcellos, o senador Henrique Almeida e outros defendem com unhas e dentes essa liberação, assim como uma revisão ao tamanho das reservas indígenas no Brasil. Eles estarão atentos durante a revisão Constitucional. Cabe à sociedade brasileira impedir mais essa agressão às sociedades indígenas. Cabe à sociedade amapaense lutar para defender os Waiápi e os outros índios do Estado, para poder dizer no futuro, com orgulho, que o Amapá soube conviver com os índios, para que o Amapá não venha a ser um Estado com buracos e devastação, mas sim com riqueza natural e cultural que os outros Estados hoje lamentam não mais possuir.